

## HANNAH ARENDT: IMAGINAR, PERDOAR E PROMETER COMO PRINCÍPIOS ÉTICOS PARA A AÇÃO

*Hannah Arendt: imagine, forgive and promise as ethical principles to action*

Daniela Grillo de Azevedo<sup>1</sup>

**Resumo:** Hannah Arendt (1906-1975), pensadora da política, desenvolveu diversos conceitos em sua obra, porém, o foco da discussão é sempre a política, ou ainda, o mundo comum. Nesse sentido, este artigo alinha-se ao tema proposto pela revista Seara Filosófica - UFPel, “Os 70 anos do final da Segunda Guerra Mundial”, centrando-se na apresentação de alguns conceitos que, segundo Arendt, possibilitam compreender o Totalitarismo, mas em especial, continuar a convivência e a ação política no mundo em que o Nazismo e seus consequentes resultados foram possíveis. Tais conceitos são o que a autora chama de compreender, imaginar, perdoar e prometer. Estes figuram-se como categorias éticas indispensáveis para a ação, atividade que é, conforme Arendt, política por excelência. A ação, por ser imprevisível, irreversível e ilimitada, necessita de tais pressupostos éticos para que se possa viver, conviver e agir no mundo em que bárbaries foram possíveis, bem como, ainda o são.

**Palavras-chave:** Ação; Política; Perdoar; Prometer.

**Abstract:** Hannah Arendt (1906-1975), political thinker, made manifold concepts at your work, though the discussion target is ever the focus political. In this sense, the article joins at the proposed aim by the periodical Seara Filosófica - UFPel: “second World War 70th anniversary”, centralizing in the presentation of many conceptions, according Arendt, enable to understanding the totalitarianism, in special, keep to living and acting politically, at the world where Nazism and your effect ware to possible. These concepts are understanding, imagining, forgiving and promising, according the thinker. These are ethical categories indispensable for the acting, a kind political per se. The act is without reverse limit and to necessary therefore it need of ethical precepts to we can to living, living together and we acting in the world was barbarians have been viable, and it are yet.

**Keywords:** Action; Politic; Forgive; Promise.

Passou-se 70 anos desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Muitos aprendizados e reflexões depreenderam-se desde que esta guerra acabou e o mundo conheceu os detalhes dos terríveis fatos ocorridos neste período, levando assim, muitos a pensarem e a procurarem dar sentido, justificativa ou explicação ao que ocorreu. Principalmente no que tange ao genocídio, mas também, como foi possível tantas pessoas comporem, concordarem e atuarem na “máquina” Nazista.

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas e professora na rede estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: danielagrilloaz@yahoo.com.br

Hannah Arendt (1906 - 1975) faz parte deste grupo de intelectuais que pensaram e elaboraram suas teorias a partir dos questionamentos gerados pelos acontecimentos desta fase histórica, a qual, Arendt conheceu pessoalmente, pois era alemã e viveu até 1933 em seu país natal. Nos Estados Unidos, para aonde se refugiou, recebia notícias da Europa e dos feitos Nazistas, indignando-se. Mas foi com o final da guerra que a divulgação ampla do que se passou nos campos de concentração chegou até ela. Nas palavras de Arendt:

Era, pelo menos, o primeiro momento em que se podia elaborar e articular as perguntas com as quais a minha geração havia sido obrigada a viver a maior parte da sua vida adulta: *O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?* Porque, da derrota alemã, que havia deixado para trás um país em ruínas e uma nação que sentia haver retornado ao "ponto zero" da sua história, haviam emergido montanhas de papéis virtualmente intactos, uma superabundância de documentação a respeito de todos os aspectos dos doze anos que durou o Reich milenar de Hitler. As primeiras e ricas seleções desse *embarras de richesses*, que até hoje não foram adequadamente divulgadas e investigadas, começaram a aparecer em decorrência do Julgamento de Nurembergue dos Principais Criminosos de Guerra, em 1946, nos doze volumes de *Nazi conspiracy and aggression*.<sup>2</sup>

Arendt, como uma grande pensadora e crítica de sua época, precisou então compreender. Em seus escritos da década de 40 e 50, reunidos na obra *Compreender*<sup>3</sup>, pode-se aprender com ela ao percorrer os textos ali publicados, demonstrando o grande esforço e talento intelectual direcionados na tentativa de compreensão do que aconteceu na Alemanha Nazista e nos demais países em que o Totalitarismo se estendeu. A compreensão não é uma tarefa fácil, entende Arendt, pois não é o mesmo que a informação ou o conhecimento científico. A compreensão busca a reconciliação, isto é, para ela, compreender o Totalitarismo seria uma tentativa de reconciliar-se com o mundo que tornou tal regime político não apenas uma mera possibilidade, mas um sistema peculiarmente real.<sup>4</sup> Segundo ela, compreender “é uma atividade interminável por meio

<sup>2</sup> ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, 1989, p.339-340.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Compreender - Formação, exílio e totalitarismo*. (Ensaaios) 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>4</sup> O Totalitarismo foi, segundo Arendt, uma forma de governo nova, diferente de quaisquer outras formas conhecidas, ou seja, distinto de regimes tirânicos ou ditatoriais. Ela explica que é possível perceber muitas semelhanças entre uma ditadura ou tirania e o Totalitarismo, porém este possui características inteiramente peculiares e que ao mesmo tempo, desafiam tanto a Tradição de pensamento, quanto os julgamentos que se pode fazer a partir do senso comum. O “domínio total”, outra forma de Arendt referir-se ao Totalitarismo, “é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir?” (ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.343). “Coexistir”, neste contexto, refere-se ao ser humano conviver com os outros preservando sua individualidade, pois que, para Arendt (*Origens do Totalitarismo*, p.335) “cada um de nós é feito como é - único, singular e intransponível.” Neste sentido, explica Vallée (1999, p.65): “Ao contrário das ditaduras ou tiranias clássicas, os regimes totalitários instalam-se de maneira legal; beneficiado do apoio popular, eles implicam mesmo uma intensa politização das massas, de tal sorte que desaparece a distinção entre o Estado e a sociedade civil. Acontece que esses regimes não destroem só a vida política, [pois] destroem mesmo a vida privada, porque corrompem todas as relações e todas as solidariedades.” A relação que o Totalitarismo

da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o mundo como nossa casa.”<sup>5</sup> Porém, importante ressaltar esta atitude de reconciliar-se não visa o esquecimento, mas criar possibilidades para que a ação política continue a existir. Para tanto, Arendt considera a faculdade de imaginar essencial e necessária, visto que o ato de imaginar leva as pessoas a uma melhor percepção dos fatos, porque, nas palavras dela, imaginar fornece

forças suficientes para afastar o que está demasiado próximo, a fim de conseguir ver e compreender sem distorções nem preconceitos, que tenhamos generosidade suficiente para transpor abismos de lonjuras, a fim de conseguir ver e compreender, como se fosse uma questão pessoal nossa, tudo o que está demasiado distante de nós.<sup>6</sup>

Assim, imaginar possibilita distanciar-se do que está próximo, ao mesmo tempo em que pode avizinhar o que está longe. Este processo, de acordo com Arendt, “faz parte do diálogo da compreensão”<sup>7</sup>, pois o contato direto, ou a experiência direta, pode afetar a compreensão, não possibilitando perceber o que está próximo demais. Mas também, apenas conhecer algo que está longe, “ergue barreiras artificiais”<sup>8</sup>, porque o conhecimento, atividade intelectual diferente da compreensão, liga-se mais aos saberes científicos que à tentativa de entender a realidade, a partir do que se apresenta<sup>9</sup>.

Com isso, ao procurar reconciliar-se com o mundo e compreender o Totalitarismo, Arendt, mais tarde, considera outros dois conceitos como necessários para tal fim: o perdão e a promessa. *A Condição Humana*<sup>10</sup>, obra publicada em 1958, trata ambos os conceitos como importantes categorias políticas, associados à ação, atividade tipicamente humana, que é considerada por Arendt, política por excelência.

---

estabelece com a lógica e com as leis da natureza permitem-lhe possuir outra característica singular: a valorização da lógica e da dedução. Para o Totalitarismo Nazista, a única verdadeira lei são as ditadas pela Natureza, e delas surge a superioridade racial como um princípio normativo.

<sup>5</sup> ARENDT, *Compreender*, p.330.

<sup>6</sup> ARENDT, *Compreender*, p.346.

<sup>7</sup> ARENDT, *Compreender*, p.346.

<sup>8</sup> ARENDT, *Compreender*, p.346.

<sup>9</sup> O conceito de imaginação Arendt retoma de Kant, explicando-o da seguinte forma (*Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*, p.101. Com grifos da autora.): “A imaginação, diz Kant, é a faculdade de tornar presente o que está ausente, a faculdade de re-presentação: ‘Imaginação é a faculdade de representar na intuição um objeto que não está presente’. Ou: ‘a imaginação (*facultas imaginandi*) é uma faculdade de percepção na ausência de um objeto’. Dar o nome de ‘imaginação’ a essa faculdade de ter presente o que está ausente é bastante natural. Se eu represento o que está ausente, tenho uma *imagem* em meu espírito – uma imagem de algo que eu vi e que agora, de algum modo, reproduzo”.

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

A ação, considerada por Arendt, a única atividade da condição humana<sup>11</sup> que ocorre diretamente entre homens, sem a interposição de coisas ou da matéria, tem por condição humana a Pluralidade: “politicamente não existimos isolados, mas coexistimos”<sup>12</sup>. A ação deve concernir ao mundo, ou mais precisamente, ao espaço (não necessariamente físico) entre homens. A Política, que trata das relações humanas, ou então à “trama de ações denominada, por Arendt, *negócios humanos*”<sup>13</sup> difere da natureza, da constituição biológica a qual todos os seres estão sujeitos. Por isso, a ação, ao estar vinculada aos novos inícios, às possibilidades do inaudito, isto é, às novidades, implica na esfera de atividade entre homens.

Este espaço entre os humanos é contingente, isto é, ele é feito das ações humanas que possuem, conforme Arendt, as características da ilimitabilidade (uma ação não pode ser circunscrita aos limites pré-estabelecidos, e, além disso, tendem a estabelecer conexões<sup>14</sup>, a formar “redes”), da irreversibilidade (não podem ser desfeitas ou destruídas, como o pode, por exemplo, uma casa mal arquitetada) e da imprevisibilidade (o agente não tem certeza sobre os resultados de suas ações, ficando ao encargo do futuro a interpretação, ou seja, da História). A tais características decorre que “nenhum princípio limitador e protetor resulta das atividades que transcorrem na própria esfera dos negócios humanos”<sup>15</sup> e mesmo existindo as leis, as instituições ou até mesmo as cercas das propriedades privadas, explica Arendt, a ação possui “a tendência inerente de violar todos os limites e transpor todas as fronteiras”<sup>16</sup>. Em função deste descomedimento inerente aos resultados da ação, ela torna-se “perigosa”<sup>17</sup>, pois “a ação é tão imprevisível quanto irreversível.”<sup>18</sup> A imprevisibilidade não depende apenas da falta de possibilidade de

---

<sup>11</sup> A condição humana, segundo Arendt, é composta por três atividades: o labor, o trabalho e a ação. O labor “corresponde ao processo biológico do corpo humano” (ARENDDT, *A Condição Humana*, p.15), às necessidades vitais. A condição humana correspondente ao labor é a vida. Ainda segundo ela, a “mundanidade” é a condição humana do trabalho, que trata do “artificialismo da existência humana” (ARENDDT, *A Condição Humana*, p.15), em que um “mundo artificial”, diferente do disposto pela natureza (*physis*), é produzido pelos homens.

<sup>12</sup> LAFER, 2007, p.348.

<sup>13</sup> SCHIO, 2006, p.236. Grifos da autora.

<sup>14</sup> Sobre as conexões, “redes” ou “teias” elaboradas a partir das ações humanas, explica Arendt: “Toda relação causada pelo agir recai, porquanto liga homens atuantes, numa rede de relações e relacionamentos na qual desencadeia novas relações, muda de maneira decisiva a constelação de relacionamentos já existentes e segue alastrando-se sempre e pondo em ligação e movimento cada vez mais do que o homem atuante poderia prever” (*A Condição Humana*, p.120).

<sup>15</sup> ARENDDT, *A Condição Humana*, p.204.

<sup>16</sup> ARENDDT, *A Condição Humana*, p.203.

<sup>17</sup> “Perigosa” porque ela é incontrolável, e por isso, pode gerar insegurança.

<sup>18</sup> AMIEL, 1996, p.69.

predizer os resultados, mas principalmente, porque o sentido da ação apenas se revela no fim do processo.

Sendo assim, Arendt ressalta dois princípios éticos-políticos: o perdão e a promessa como elementos importantes para a confiança mútua necessária entre os assuntos humanos. Ambos são elementos éticos que se tornam imprescindíveis, neste contexto, para que as ações e os diálogos possam continuar existindo, mesmo havendo a ameaça de possíveis situações indesejáveis, ou no caso destas já terem ocorrido, como o Totalitarismo.

O que Arendt denomina de “faculdade de perdoar”<sup>19</sup> é, para ela, uma das potencialidades da própria ação, pois decorre do problema da irreversibilidade (e também da ilimitabilidade). Nesse sentido, o perdão “serve para desfazer os atos do passado, cujos ‘pecados’ pendem como a espada de Dâmocles<sup>[20]</sup> sobre cada nova geração”<sup>21</sup>. Arendt entende que o perdão foi utilizado pela primeira vez como uma faculdade política por Jesus de Nazaré. Para ela, o fato de os ensinamentos de Jesus pertencerem a um âmbito religioso não descaracteriza o perdão como um princípio político porque, conforme ele ensinou, o perdão deve partir, em primeiro lugar, dos homens em relação aos outros, isto é, é uma ação entre pares, e por isso, possui nuance política.<sup>22</sup>

A vingança, para Arendt, é o oposta ao perdão, pois ao invés de “desfazer”, parar ou romper com os atos do passado, ela estabelece uma espécie de reação que não interrompe os resultados da ofensa, da transgressão, etc., e “todos os participantes permanecem enredados no processo, permitindo que a reação em cadeia contida em cada

---

<sup>19</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.248.

<sup>20</sup> Dâmocles é o personagem principal de uma anedota moral, sendo um cortesão bajulador na corte de Dionísio de Siracusa. Dâmocles dizia que Dionísio, por ser um homem de poder e autoridade, era verdadeiramente afortunado. Sabendo de tais palavras, Dionísio propôs a troca de lugares por um dia, e Dâmocles poderia gozar de todos os privilégios que Dionísio teria. Dentre o luxo exuberante, Dionísio ordenou que uma espada fosse pendurada, apenas por um frágil fio, acima da cabeça de Dâmocles, que ao perceber a ameaça sobre sua cabeça, deixou de desejar a “fortuna” de Dionísio. Este conto faz alusão à insegurança que o poder pode gerar, bem como aos perigos iminentes que pode resultar.

<sup>21</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.249.

<sup>22</sup> Neste contexto Arendt ressalta que o crime e o mal intencional são exceções para o perdão. Kristeva (2002, p.207) explica que: “Abordando sucintamente a imensa problemática do perdão, Arendt não nega o imperdoável. Existem ações ‘radicalmente más’ (ela escreve em 1958, citando Kant, isto é, antes do processo Eichmann)”.

ação prossiga livremente”.<sup>23</sup> A vingança, então, confere outra direção ao ato praticado, mas não o finda.

Contrastando com a vingança, Arendt cita a punição como uma alternativa para aqueles atos que transpõem os limites estabelecidos pelas leis, que não seria contrária ao perdão, visto que alguns atos precisam chegar a um final para que a ação não prossiga indefinidamente. Sendo assim, o perdão é, conforme a explicação de Arendt, um ato inesperado, e por isso, ele contém “algo do caráter original da ação.”<sup>24</sup> A “faculdade de prometer”<sup>25</sup> ou de cumprir promessas, também é derivada da ação e procede da imprevisibilidade. A promessa “serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens”<sup>26</sup>.

Se não houvesse as possibilidades de perdoar e de prometer, as ações que permitem a continuidade ao mundo e o preservam (cuidam, mantêm, conservam e conferem durabilidade), seriam enfraquecidas pela desconfiança que poderiam gerar. Sem o perdão, a capacidade de agir estaria, conforme Arendt, “limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos”<sup>27</sup>; sem a promessa, a pessoa se sentiria vulnerável, porque “seríamos condenados a errar, desamparados e desorientados, nas trevas do coração de cada homem, enredados em suas contradições e equívocos”<sup>28</sup>. Sendo assim, a promessa e o perdão são, metaforicamente, “antídotos” para as características da ilimitabilidade, da irreversibilidade e da imprevisibilidade da ação.

Neste contexto, a pluralidade, outro importante conceito arendtiano, que segundo a autora é um preceito pertencente à própria condição humana, auxilia no entendimento do que a autora pensa sobre o perdão e a promessa. A pluralidade é principal condição humana da política; ou seja, o mundo comum apenas existe na medida em que é possível um espaço ou uma esfera entre as pessoas, ou nos termos em que Arendt recorrentemente utiliza, o espaço entre os homens, no plural, isto é, seres diferentes e distintos, singulares e únicos, autênticos posto que cada um é diferente. A pluralidade é “especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a

---

<sup>23</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.252.

<sup>24</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.252.

<sup>25</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.248.

<sup>26</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.249. Com grifos nossos.

<sup>27</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.249.

<sup>28</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.249.

vida política”<sup>29</sup>. E ela é a condição imprescindível da política porque, ao mesmo tempo em que política presume a convivência entre as diferenças, a pluralidade assegura as singularidades. A política segundo a autora, em última instância, é a reunião de singularidades coabitando o mundo comum, em que os interesses da vida particular devem subsumirem-se aos interesses coletivos. É neste mesmo sentido que Arendt, influenciada pelos romanos, afirma que viver é sinônimo de “estar entre homens”<sup>30</sup>, utilizando a expressão romana *inter homines esse*; e morrer como sinônimo de “deixar de estar entre os homens”<sup>31</sup>, ou “des-inter-esse”.

A política, desta forma, é a esfera da pluralidade, pois nela as singularidades possuem a possibilidade de agir e podem dialogar. Conferem assim, continuidade, modificando, preservando ou reconstruindo o mundo comum, ou em outros termos, a esfera pública. Ou ainda, conforme Schio: “a política, então, surge quando os cidadãos, os homens de ação e de palavras, agem livremente, em um domínio público, pelo interesse coletivo, atuando, quer dizer, tomando iniciativas e originando situações talvez inéditas sobre assuntos relevantes”<sup>32</sup>.

No entanto, na solidão e no isolamento<sup>33</sup> da privacidade ou da subjetividade a promessa e o perdão “são, no máximo, um papel que a pessoa encena para si mesma”.<sup>34</sup> Quer dizer, sem a pluralidade, o perdão e a promessa não passam de diálogos solitários, monólogos, sem qualquer repercussão política, ou mais precisamente, ética. Conforme explica Amiel,<sup>35</sup> perdoar e prometer são ações plurais porque “não podemos perdoar-nos a nós próprios, nem estar ligados por promessas conosco próprios. O código ‘moral’ criado por estas duas capacidades baseia-se, portanto, em experiências que são impossíveis

---

<sup>29</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.15. Com grifos da autora.

<sup>30</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.15.

<sup>31</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.15.

<sup>32</sup> SCHIO, 2006, p.189.

<sup>33</sup> O conceito de isolamento proporciona a compreensão do significado da política autêntica, segundo a autora. Arendt (*Origens do Totalitarismo*, p.527) afirma que o isolamento “baseia-se na solidão, na experiência de não haver pertencimento ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter.” Sendo assim, no isolamento o homem perde sua capacidade de ação, pois não está mais entre homens, como também perde seu próprio eu, a confiança em si mesmo e “o eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo” (ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.529). Nas palavras de Bignotto (2001, p.114): “Isolado no mundo que o circunda, não podendo contar nem mesmo com as relações de solidariedade que normalmente fazem parte da vida familiar ou comunitária, o indivíduo é confrontado com a experiência devastadora do que Arendt chama de desolação.” A solidão organizada, segundo a autora, é a maior ameaça que se pode ter para o mundo tal como se conhece, pois com esta solidão pode-se pensar que não há mais expectativas para a vida política, em especial.

<sup>34</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.249.

<sup>35</sup> AMIEL, 1996, p.70.

na solidão.” Ao corresponder à condição humana da pluralidade, o perdão e a promessa consistem em uma função orientadora, não moral, mas ética<sup>36</sup>, cujas diretrizes são “os outros”<sup>37</sup>, porque as experiências que pautam estas faculdades são dependentes da presença de outras pessoas.

Importante ressaltar que no pensamento arendtiano há a diferença entre moralidade e eticidade. Moralidade, para Arendt refere-se às normas que prescrevem e orientam a vida humana, como por exemplo, o que se conhece por ética das virtudes, ética deontológica, ética utilitarista, etc. A moralidade, segundo ela, é prescritiva, e por isso, pertence ao âmbito privado da vida humana, porque se relaciona à subjetividade, às preferências e as crenças particulares. A ética, por outro lado, é para Arendt um princípio orientador para a política, não afirmando o que deve ser feito, mas lembrando da necessidade de considerar os outros. Isto porque se trata de uma esfera plural, isto é, porque nela existe a reunião de singularidades que devem considerar-se mutuamente como iguais, mas, e ainda assim, as diferenças de opiniões estão presentes e precisam ser dialogadas com respeito.

Sobre a promessa, Arendt explica que “a grande variedade de teorias do contrato confirma, desde os tempos da Reforma, que o poder de prometer ocupou, ao longo dos séculos, lugar central no pensamento político.”<sup>38</sup> Porém, o que a autora entende por “promessa”, não equivale ao que se conhece por “teoria do contrato social”, como, por exemplo, em Hobbes, Locke ou Rousseau. Para ela, embora a promessa decorra da necessidade de haver confiança entre os homens no que tange aos assuntos em comum,

---

<sup>36</sup> Porém, é importante salientar, conforme Roviello (1987, p.38-40) que Arendt, embora diferencie moral e ética, não contrapõe uma à outra, preferindo a segunda em relação à primeira. A diferença entre moral e ética para ela torna-se importante porque alguns limites e definições precisam ser retomados ou reformulados para que se possa pensar com mais clareza nos reais problemas em política, como por exemplo, a retomada de princípios do que é público e do que é privado ajudaria a evidenciar com mais precisão em quais situações as ações humanas precisariam ser revistas. Segundo Roviello (1987, p.38), Arendt elabora “um pensamento que procura abalar os pilares mais firmemente consolidados do pensamento político ocidental, quer saindo da tradição quer esforçando-se por recuperar tradições perdidas.” Em resumo, a moral relaciona-se com o que é socialmente aceitável, e a punição às transgressões é externa, ao contrário da ética, em que a punição é interna, pois é derivada de uma escolha realizada após a reflexão que o indivíduo faz sobre a moral.

<sup>37</sup> Ao contrário de Platão, conforme lembra Arendt (2007, p.249), porque a noção platônica de governo obedecia a padrões morais, “cuja legitimidade baseava-se no autodomínio.” E sendo assim, o que orienta, justifica ou legitima a ação política, seria para Platão, segundo Arendt (2007, p.249), “a relação que a pessoa mantém consigo mesma, de sorte que o certo e o errado nas relações com os outros são determinados pelas atitudes que ela assume em relação a si própria, até que toda a esfera pública passa a ser vista à imagem do ‘homem escrito em maiúsculas’, da ordem adequada entre cada uma das capacidades da alma, do corpo e da mente do homem.”

<sup>38</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.255.

esta faculdade “corresponde exatamente à existência de uma liberdade que é dada sob a condição de não soberania”<sup>39</sup>. Isto é, a promessa não se funda ou se origina de uma representação política, tal como nas teorias contratualistas, pois requer algo que se poderia denominar de “compromisso” ou “comprometimento” com os outros. Quando há a ação em conjunto, o que Arendt também chama de “agir em concerto”<sup>40</sup>, o que mantém as pessoas reunidas, segundo ela, é “a força da promessa.”<sup>41</sup> Arendt entende que essa “união” é superior à soberania conferida a uma pessoa (como por exemplo, um representante governamental) ou a uma instituição, pois estes possuem “certa realidade limitada quando muitos homens se obrigam mutuamente através de promessas.”<sup>42</sup> A importância principal recai, para a autora, tanto no que concerne à diferença entre o contrato e a promessa, quanto no que se refere ao próprio valor político da promessa, no fato de que aqueles “que são inteiramente livres, isentos de quaisquer promessas e desobrigados de quaisquer propósitos<sup>[43]</sup>”<sup>44</sup> não se responsabilizam politicamente como o fazem aqueles que possuem “um propósito com o qual *concordam*<sup>[45]</sup>”<sup>46</sup>, e portanto, comprometem-se uns com os outros.

Em razão das pessoas não poderem “garantir hoje quem serão amanhã”<sup>47</sup>, e por isso, ser impossível prever os resultados dos atos envolvidos em uma comunidade constituída por pessoas com iguais capacidades de ação, as promessas elaboram “ilhas”<sup>48</sup>

---

<sup>39</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256. Sobre este ponto, Amiel explica que: “Arendt procura, com o perdão e a promessa, normas ‘morais’ que não se apoiem numa faculdade hipoteticamente mais elevada do que a ação ou as experiências exteriores ao seu campo. E isto contra qualquer ideia de soberania, de dominação ou de domínio de si e de outrem (ou seja, contra Platão), contra qualquer ideia de uma regulação do viver junto que se baseia numa relação de si a si (ou seja, contra Rousseau, cujo contrato social é, em última instância, um contrato entre o eu como vontade particular e o eu como vontade geral), contra a imposição de normas religiosas” (1996, p.72).

<sup>40</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

<sup>41</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

<sup>42</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

<sup>43</sup> Como por exemplo, no caso dos cidadãos participantes do pacto social, que ao instituir um governo abdicando de seus próprios poderes ou soberanias, estão conferindo ao governo as decisões condizentes aos assuntos políticos e se sentem, assim, descompromissados com a participação nos assuntos públicos ou de agirem politicamente.

<sup>44</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.257.

<sup>45</sup> Lafer explica que: “para Hannah Arendt, a importância do *nós* do agir conjunto, que se dá entre os homens e do qual nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação” (2007, p.351. Com grifo do autor).

<sup>46</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.257. Com grifo nosso.

<sup>47</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

<sup>48</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

de segurança, isto é, conferem confiança em meio ao que Arendt chamou de “oceano de incertezas”<sup>49</sup>. Sendo assim, tanto o perdão quanto a promessa são, para ela

Os únicos preceitos morais que não são aplicados à ação a partir de fora, de alguma faculdade supostamente superior ou de experiências fora do alcance da própria ação. Pelo contrário: decorrem diretamente do desejo de conviver com outros na modalidade da ação e do discurso e são, assim, mecanismos de controle embutidos na própria faculdade de iniciar processos novos e intermináveis<sup>50</sup>.

Sem a ação, restaria às pessoas apenas o equivalente ao ciclo vital, que, por ser um processo natural, é determinado pelas leis da natureza, é recursivo e repetitivo. Se os homens não puderem “desfazer” ações, mesmo que somente em certa medida, a partir do perdão<sup>51</sup>, ou não puderem “controlar” o que fazem, embora limitadamente, com a promessa, a Humanidade estaria vulnerável aos processos automáticos de leis inexoráveis, como o pássaro João de Barro, as abelhas, etc., que, geração após geração, constrói suas casas da mesma forma. Assim, “entregues a si mesmos, os negócios humanos só podem seguir a lei da mortalidade, que é a única lei segura de uma vida limitada entre o nascimento e a morte”<sup>52</sup>.

Ao seguir as leis determinadas pela natureza, que se pode comparar à renúncia da capacidade humana de agir, restaria aos homens o automatismo da vida cotidiana e os ciclos biológicos, cujo rumo é em direção à morte para qualquer individualidade. Por isso, seguindo tal fluxo, os homens levariam consigo todas as coisas humanas, caso não houvesse a faculdade humana de “iniciar algo novo, faculdade inerente à ação como perene advertência de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar”<sup>53</sup>. Para Arendt, os seres humanos, por serem mortais, podem dar continuidade ao mundo elaborado por eles mesmos, apenas a partir da ação, isto é, da característica que os diferencia dos animais, rompendo processos e inovando.

---

<sup>49</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.256.

<sup>50</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.257.

<sup>51</sup> Em relação ao perdão e aos resultados das ações, Arendt escreve: “O perdão é a única ação estritamente humana que liberta a nós e aos outros da cadeia e padrão de consequências que toda a ação humana engendra; como tal, o perdão é uma ação que *garante a continuidade da capacidade de agir, de começar de novo, a todo ser humano*; sem perdoar e ser perdoado, nós pareceríamos com os personagens de contos de fada que são eternamente castigados com a realização dos desejos que lhes são concedidos” (*A Promessa da Política*, p.106. Com grifos nossos).

<sup>52</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.258.

<sup>53</sup> ARENDT, *A Condição Humana*, p.258.

Porém, não se trata de um continuísmo, ou algo semelhante ao que se conhece por conservadorismo. Arendt preocupa-se em oferecer, em sua Teoria Política, elementos para que se possa dar continuidade ao mundo comum, à política, à ação e ao diálogo, tendo em vista não simplesmente a sobrevivência, a vida biológica, a vida privada ou aos bens privados, mas a dignidade humana. Mas para tanto, compreender o mundo em que se vive, perdoar e comprometer-se, são preceitos éticos indispensáveis, caso se queira seguir não apenas vivendo, mas convivendo e agindo politicamente, em um mundo em que tantas coisas, até mesmo aquelas imprevisíveis (como por exemplo, o Totalitarismo Nazista) aconteceram, ocorrem e são possíveis. Mas, no entanto, elas precisam ser evitadas e mesmo que as perdoem, não as esqueçam, sob o risco de repeti-las.

#### Referências:

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1993.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. *Compreender – Formação, exílio e totalitarismo*. (Ensaio) 1930 – 54. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008a.
- AMIEL, Anne. *Hannah Arendt, política e acontecimento*. Lisboa: Piaget, 1996.
- BIGNOTTO, Newton. “Totalitarismo e Liberdade no Pensamento de Hannah Arendt”. In: MORAES, E. J. BIGNOTTO, N. *Hannah Arendt – Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p.111-123.

KRISTEVA, J. *O Gênio Feminino*: a vida, a loucura, as palavras: Tomo I - Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAFER, Celso. “A política e a Condição Humana”. In: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Forense Universitária, 10 ed. Rio de Janeiro, 2007. (p. 341-352)

ROVIELLO, Anne-Marie. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: EdUCS, 2006.

VALLÉE, C. *Hannah Arendt - Sócrates e a Questão do Totalitarismo*. Lisboa: Piaget, 1999.

**Recebido em: 28/05/2015**

**Aceito em: 03/08/2015**